

Armando Marques Ramos

A PORTUGALIDADE, O PATRIOTISMO E A FELICIDADE DE UM OCTOGENÁRIO ENRODILHADO NO POLINÓMIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL; DEVOTO E AFOITO NO MONÓMIO DO 11 DE MARÇO DE 1975

Ninguém das gerações estudantis do tempo do fascismo, escapou à doutrinação política e à educação paramilitar da Mocidade Portuguesa, que inculcava valores pátrios e glorificava o Império do Minho a Timor. Em duas tardes por semana, durante todo o ano lectivo, as mentes adolescentes de todos os estudantes do secundário eram enfebrecidas em hinos nacionalistas e educação paramilitar e eu, filho de militar e por ele influenciado, optei por tirar o *brevet* no aeródromo de Coimbra, nos Chipmunks, que vinham de São Jacinto, passaporte para piloto da Força Aérea.

Chegada a idade do serviço militar, vendo-me expurgado da pilotagem por uma dioptria de astigmatismo, com a guerra já iniciada em Angola e na Guiné, senti-me empolgado em nela servir como Infante.

Empertigado com a febre do “orgulhosamente sós”, que até incutia a ilusão de grandeza perante o mundo, segui para a Guiné e o meu comportamento como combatente foi reconhecido publicamente, por duas vezes, no Terreiro do Paço, com medalhas de cruz de guerra.

Essas condecorações tiveram, em mim, o efeito pernicioso de me fazer sonhar e, tolamente, a julgar-me um salvador da pátria, incólume aos perigos da guerra, e com esse espírito de missão parti para Angola.

No Leste de Angola, ocupei, no hotel Luso, o quarto deixado pelo famoso mercenário da guerra de secessão do Congo, Bob Denard, e para acrescentar ao meu idealismo utópico tinha por comandante militar o General Delgado e Silva, meu vizinho em Santo António dos Olivais, Coimbra.

Para lá do meu fervor patriótico, havia agora que mostrar serviço ao amigo dos meus pais, que também fora comandante do meu irmão, no Regimento de Artilharia de Santa Clara, em Coimbra.

Assim, cego pelo afã de marcar pontos, um dia, à vista de uma enorme chana, na bacia hidrográfica dos rios Zambeze e Quanza, deixei a minha tropa instalada em emboscada, num cruzamento de picadas, e subi, acompanhado do meu pisteiro, uma elevação íngreme, onde estava o Inimigo, também ali emboscado (separava-nos uma distância de trezentos metros). Fomos alvejados com uma granada defensiva e tiros e

viemos a rebolar encosta abaixo. Quando chegámos ao sopé da elevação, já estava ali a minha tropa, que respondeu ao fogo inimigo com tiros de bazooka e RPG7.

Fui evacuado para o Continente e entrei no Hospital da Estrela, sem a noção exacta da gravidade dos meus ferimentos e quão incapacitantes se revelariam. Julgava que iria recuperar depressa, para voltar aos tiros e à desforra... Ali ganhei a dimensão da catástrofe que a guerra estava a causar ao país, ao ver-me na companhia de invisuais e amputados. Impressionava-me, dolorosamente, ver o meu camarada Pamplona Duarte, sem as duas pernas! Tive então tempo para reflectir e convencer-me da necessidade de pararmos a guerra, o que pressupunha derrubarmos o regime e darmos a autodeterminação às Colónias.

Passei a ser um dos elementos mais activos na preparação da revolução, conforme descrevem os livros: “Alvorada em Abril”, de Otelo; “Capitão de Abril Capitão de Novembro”, de Sousa e Castro; «Ascensão e Queda do MFA» de Dinis de Almeida; e outros que descrevem os dias que abalaram o regime. E tão activo, que por decisão dos meus camaradas do R.I.5 das Caldas da Rainha, viria a ser o Comandante da Coluna Militar do 16 de Março de 1974, que marchou sobre Lisboa, acção considerada pelos historiadores como “O Princípio do Fim do Regime e Galvanizadora do Movimento dos Capitães” cujo desfecho me atirou para a prisão da Trafaria.

Quarenta dias depois, seria libertado, deixando espaço para os ministros do Ultramar e da Defesa Nacional, respectivamente os Drs. Baltazar Rebelo de Sousa (pai do actual Presidente da República) e Silva Cunha. Em reunião do MFA, na Cova da Moura, a 10 de Maio, os meus camaradas escolheram-me para preencher a falta de ministro do ultramar, como representante do MFA, alegando que eu estaria preparado para me aguentar naquele lugar em virtude de me ter licenciado pelo ISCSP.

Aí, atolado em problemas, que dariam um livro, aguardei a chegada, três semanas depois, do ministro Almeida Santos, que não me deixou sair e me nomeou seu adjunto.

Com ele, o Prof. Dr. Jorge Campinos e o Major Moreira de Azevedo, assinei o Acordo de Argel e, logo de seguida, fomos os dois à ONU explicar o processo de descolonização que intentávamos levar a cabo. Em reunião com Kurt Waldheim e a XVI comissão de descolonização, presidida pelo Embaixador da Tanzânia Salim-Salim, fiz um *briefing* sobre os movimentos emancipalistas de Timor até à Guiné.

Vivi e sofri com os problemas da descolonização e, em reuniões com o Embaixador na ONU, Prof. Veiga Simão, o Ministro Almeida Santos e o Presidente da República,

General António de Spínola, tive oportunidade de acompanhar a par e passo o calvário deste, que o levaria a resignar a 28 de Setembro.

Fiz parte de um grupo de indefectíveis que, todos os dias, visitava o velho General. Entretanto, com ele, acompanhávamos o descalabro do país e a insânia da tentativa de descaracterizar culturalmente e despersonalizar o país empreendida pelo PCP e partidos de esquerda (recordo que o país tinha, nesta altura, mais de duas dezenas de partidos políticos). Para alcançar este efeito, na televisão, vilipendiava-se a História não poupando o Infante D. Henrique, Gil Vicente e Luís de Camões.

Do grupo de indefectíveis, nasce a resoluta ideia de derrubarmos o governo de Vasco Gonçalves e já, em Janeiro de 1975, começam as reuniões conspirativas para um golpe de estado, no Bairro da Madre de Deus, em casa de Ramalho Eanes, em minha casa, no Monte da Caparica, e em outros locais. A este grupo pertenciam, entre outros, poucos e na base do quanto baste, pela delicadeza da situação, Barroco Vaz, os irmãos Engrácia Antunes, Casanova Ferreira, Manuel Soares Monge, António Ramalho Eanes e eu.

Em Abril realizavam-se as eleições para os Conselhos das Armas e, face ao descontentamento generalizado, em todas as unidades, tudo apontava que elas seriam ganhas pelo pessoal afecto a Spínola. Por isso, era entendimento do grupo, que só depois das eleições estariam criadas as condições para um golpe militar.

A 9 de Março, realiza-se um jantar de despedida do Ten. Coronel Firmino Miguel, no restaurante da FIL, em reacção de desagrado pela sua mobilização, politicamente forçada, para Angola. Para os Gonçalvesistas era importante afastar o ex-Ministro da Defesa porque viam nele uma ameaça ao *status-quo*.

O restaurante estava cheio de militares de altas patentes e, findo o jantar, o pessoal juntou-se em grupos no largo empedrado da FIL. A exaltação era enorme e os oficiais-generais, onde pontificava o comandante da Região Militar Centro, Brigadeiro Morais, decidem desencadear uma acção militar a partir de Tancos, unidade das tropas pára-quedistas comandadas pelo Brigadeiro Rafael Durão, também Conselheiro de Estado e homem-de-mão do General Spínola.

Ramalho Eanes e eu, ambos em funções civis, havíamos agendado uma reunião para as 14:00 do dia 10 de Março, no gabinete dos comandantes da PSP, Majores Luís Casanova Ferreira e Aparício Ponces de Carvalho, em virtude dos boatos da «Matança da Páscoa», que teriam sido espalhados pelos Serviços Secretos Franceses e Espanhóis.

Sem sabermos do que se tinha passado na véspera, na FIL, recortámos, com a ajuda dos Serviços de Informações da PSP, que algo de grave se estaria a passar, e Casanova Ferreira e Eanes decidiram que eu fosse assumir o comando das Forças Militares, que se encontravam em Peniche (Marinha e R.I.5) e foi Casanova Ferreira que, telefonicamente, informou o Capitão Silva Carvalho, que se encontrava, até àquele momento, nessas funções.

Ao separarmo-nos fui a casa buscar a farda e o estojo de higiene e, sabendo que o Virgílio Varela tinha vindo das Caldas da Rainha, ocorreu-me telefonar-lhe para me facilitar a missão em Peniche. Muito excitado, respondeu-me que se estava a passar uma grande bronca em Tancos e, posto ao corrente das decisões tomadas na reunião havida na PSP, disse que isso tudo estava ultrapassado e informou-me que eu tinha de seguir para a casa do Manuel Monge para onde já tinham convocado Ramalho Eanes.



Reunidos os quatro, Varela e Monge, contaram-nos que tinham estado na Embaixada Alemã e que aqui tinham sido informados que se estavam a juntar forças para desencadear um Golpe Militar e que o Gen. António Spínola já se encontrava nessa unidade de pára-quedistas. Consideravam isso um desastre dado que dentro de poucas semanas iríamos ganhar as eleições para os Conselhos das Armas.

Ramalho Eanes e eu, face a esta informação, decidimos ir de imediato para Tancos e no charivari da discussão que se instalou, Manuel Monge e Virgílio Varela, demoveram-nos dessa precipitação. Alegavam que a linha do bom senso passava por eles e tomaram a iniciativa de telefonar para Tancos, de onde Ramalho Eanes e eu recebemos missões. A minha era de evacuar os quatrocentos funcionários do

Ministério da Coordenação Interterritorial, ao sinal da passagem sobre o Tejo de dois aviões Junkers T6 e preparar o sexto piso do edifício onde ficaria instalado o posto de comando, com o General António Spínola. Avistados por mim os dois aviões, reuni com os Secretários de Estado (o Ministro Almeida Santos estava, em Conselho de Ministros, em São Bento) e dei execução às instruções recebidas.

O 11 de Março 75 saldar-se-ia no *flop* conhecido e eu ao esvaziar o Ministério, arranjei quatrocentas testemunhas que me comprometeriam aos olhos dos alucinados Gonçalvistas. Já experimentara quarenta dias de prisão, a 16 de Março de 1974, para que houvesse 25 de Abril e ao saber que constava da lista de militares escorrida do alambique aquecido na loucura da Assembleia do MFA, onde se discutiu fuzilamento, decidi exilar-me na «Calle Amnistia»... Ironia da toponímia de Madrid! Aí me juntei a José Miguel Júdice, Diogo Pacheco de Amorim e Luis Sá Cunha, membros do perseguido partido do «Progresso» e as nossas análises diárias eram tão pessimistas, que decidi falsificar o meu passaporte diplomático, mudando o algarismo 4 para um 8, para poder seguir viagem para os EUA, onde fui acolhido pelos Embaixador Veiga Simão e Cardeal Medeiros de Boston.

Oito meses depois, na sequência do Golpe Militar do 25 de Novembro 75, receberia um telefonema do nosso Adido Militar em Washington, General Cravo Silva, a solicitar-me o regresso a Lisboa para encerrar o Processo de Averiguações de Ramalho Eanes, que, apesar do jantar de desagravo a boatos, organizado por Álvaro Guerra, com centenas de pessoas (a maior parte dos quais do *media*), não lograra de de todo, levantar as suspeitas de envolvimento no 11 de Março.

Invocando a figura jurídica do «Estado de Necessidade» Ramalho Eanes, então Chefe de Estado Maior do Exército, levantou-me a nota de desertor, condição para reintegrar o Exército.

Foi o desconforto de quase 9 meses de exílio, o preço que paguei pelo meu envolvimento no 11 de Março 75, o qual pretendia atalhar a caminhada suicida do Gonçalvismo, que viria a ter o seu epílogo em 25 de Novembro de 1975.

Este acontecimento histórico foi, tal como o 16 de Março de 1974, o que levou o historiador Fernando Rosas a afirmar que na vida «as coisas que falham são o prelúdio das coisas que vencem».



Vivi os dois acontecimentos na primeira pessoa e considero-os dois marcos importantes na minha carreira profissional que, a juntar a muitos outros, fazem a minha felicidade e me tornam convicto de que cumpri como cidadão ao serviço da minha pátria e que contribui em devoção e entrega total, para que nela se possa hoje viver em paz, liberdade e democracia.

10 de Março de 2020